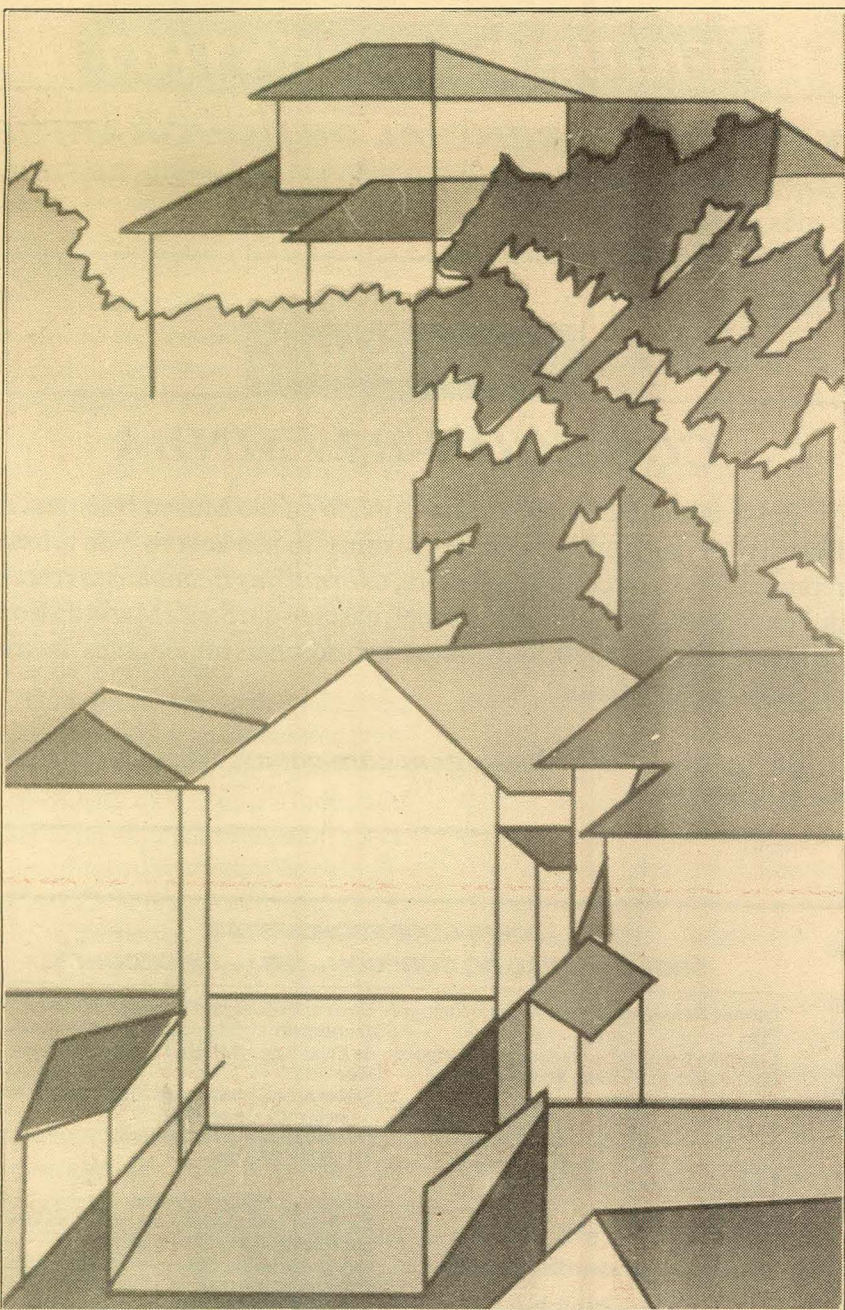


Jornal dos Economistas RJ

Nº 108 • Abril 1998

▶ A nova face da questão regional brasileira

Tânia Bacelar de Araújo, ex-secretária da Fazenda e do Planejamento de Pernambuco, conselheira do Cofecon, recupera a história da questão regional e discute o impacto do modelo atual sobre a integração espacial do nosso território. A seu ver, o recorte macrorregional se tornou insuficiente. São necessários cortes mais finos, que dêem conta da multiplicação, em todo o país, de "ilhas" competitivas e "ilhas" abandonadas tanto pelos agentes privados como pelos poderes públicos. Páginas 11 a 15.



PAISAGEM COM CASAS, DE CARLOS SCLAR

Artigo: Para onde vai a estrutura industrial brasileira?, por Regis Bonelli e Robson R. Gonçalves

Páginas 3 e 4

Artigo: Sistema público de emprego: que podemos esperar dele?, por Carlos Alberto Ramos

Páginas 5 e 6

Documento: A necessidade urgente de combater o desemprego

Página 7

Artigo: O novo método de trabalho das contas nacionais brasileiras, por Gilda Santiago e Heloísa Filgueiras

Página 15 e 16

RIO 1999:
13º Congresso Brasileiro de Economistas
7º Congresso Latino-Americano de Economistas

EDITORIAL

Dois fatos marcaram o noticiário nacional: o desemprego recorde e o rombo das contas públicas. O país enfrenta hoje uma das maiores crises de emprego. O desemprego aberto no país, calculado pelo IBGE, pulou de 7,42% da população economicamente ativa em fevereiro para 8,18% em março, o nível mais alto desde o início dos anos 80.

Já o desemprego aberto e oculto na Grande São Paulo, calculado pelo Dieese/Seade, bateu na taxa de 18%. Estas taxas seriam maiores se incluíssem o desemprego rural: 1,5 milhão de empregos foram extintos no campo em 1996 de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Outro fato relaciona-se ao déficit público, que subiu para R\$ 58,6 bilhões, equivalentes a 6,53% do PIB. A grande parcela desse rombo decorreu da conta de R\$ 49,77 bilhões de juros pagos sobre as dívidas dos governos.

A manutenção das taxas de juros nos patamares atuais tem sido o principal fator explicativo do déficit das contas públicas e do crescimento acelerado da dívida pública interna. Vale lembrar que esta última triplicou desde 1994, enquanto o déficit público aponta para algo superior a 6% do PIB, se mantida a taxa de juros interna, conforme avaliação da última Carta de Conjuntura do Ibre-FGV.

Isso reflete apenas o impacto dos juros sobre os gastos. Se, além disso, levarmos em consideração que a manutenção de taxas de juros elevadas tem impacto nega-

tivo sobre a atividade econômica, contribuindo fundamentalmente para a redução desta última e, por consequência, para reduzir a arrecadação fiscal, observa-se um duplo impacto negativo dos juros altos sobre as contas públicas.

Mesmo o impacto que pode ter sobre os aplicadores internacionais, no sentido de garantir a sua rentabilidade e, portanto, atrair os capitais internacionais necessários para equilibrar o déficit em transações correntes que o país vem apresentando nos últimos anos, deve ser relativizado. O equilíbrio das contas públicas internas é um importante indicador do risco que cada país representa para os aplicadores internacionais. Desse ponto de vista, os desequilíbrios provocados pela manutenção das taxas de juros internas elevadas pode ser um desincentivo de longo prazo para esses aplicadores, que exigirão prazos cada vez mais curtos e spreads mais altos.

Assim, a política de juros altos, levada adiante pela atual equipe econômica, tem sido um tiro no próprio pé. Sua manutenção por prazo dilatado, além de comprometer qualquer possibilidade de desenvolvimento consistente e sustentado no longo prazo, contribui para agravar a conjuntura econômica também no curto prazo.

A abertura indiscriminada do mercado, a valorização artificial da taxa de câmbio e os juros extorsivos provocam taxas medíocres de crescimento e comprometem qualquer programa voltado para combater a crise do emprego.

MANIFESTAÇÕES

Eduardo E. Gouvêa Vieira (presidente da Firjan), o deputado Michel Temer (presidente da Câmara dos Deputados), Celso Augusto Fontenelle (presidente da Ordem dos Advogados), Antonio Celso Alves Ferreira (reitor da UERJ), Claudio Tourinho (presidente da Fundação da Infância e Adolescência - FIA), Maria Regina Nabuco Brandão (presidente do Corecon/MG), Maria Aparecida Neves (chefe de gabinete do InMetro/MICT) agradecem ao convite feito pelo Conselho Regional de Economia - RJ, para a divulgação dos livros da Cepal e o lançamento das publicações do Corecon/RJ realizado no último dia 23 de abril, no Auditório do Clube de Engenharia.

CADASTRAMENTO

GUIA DE CONSULTORES

Como anunciamos anteriormente, estamos cadastrando economistas que atuam nas áreas de consultoria, perícia e auditoria, com o objetivo de publicarmos um Guia de economistas consultores. Para se cadastrar basta ter registro no Conselho, estar em dia com as anuidades e preencher uma ficha em nossa sede. É bom ressaltar que a publicação dará prioridade aos profissionais que estejam, efetivamente, atuando nas áreas citadas. Para mais informações e detalhes sobre o formulário, procurar a Secretaria de Registro e Fiscalização do CORECON.

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS

— O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de Maio/98.

CONVÊNIO

CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Carlos Scliar, nascido em Santa Maria da Boca do Monte (RS) em 1920. Suas obras estão nos mais importantes museus do Brasil e do exterior.

Nota técnica (capa): *Paisagem com casas*, 1981, área impressa de 45,8 x 30,1 cm.

CORECON - Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - Cep 20054 - Tel. (021) 224-0578 - Fax 221-0958
- e-mail coreconrj@ax.apc.org

Presidente: Adhemar dos Santos Mineiro • Vice-Presidente: Reinaldo Gonçalves • Conselheiros Efetivos: Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascounto da Rocha, José Clemente de Oliveira • Conselheiros Suplentes: Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares • Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49 - Tel. (0247) 238333

SINDECON - Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1608 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000 - Tel.: (021) 262-2535 - Fax: 533-7891 - e-mail: sindecon@embratel.net.br

IERJ - Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco, 109, 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054-900 - Tels.: (021) 224-0578 e 509-1077
e-mail: ierj@ax.apc.org

JORNAL DOS ECONOMISTAS
ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON - IERJ - SINDECON/RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira

Edição: Conselho Regional de Economia-RJ
Jornalista Responsável: Beatriz Bonfim (MT 11916)
Projeto Gráfico da Capa: Dinho

Ilustração da capa: *Paisagens com casas*, gentilmente cedida pelo Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Diaz.
Editoração Eletrônica: Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367
Fotolito e Impressão: Tipológica Tel. (021) 509-3366

Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das Entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Para onde vai a estrutura industrial brasileira?

Regis Bonelli*
Robson R. Gonçalves**

O desempenho industrial brasileiro nos últimos anos, a despeito de uma heterogeneidade inter-setorial não desprezível, é prova da boa capacidade de reação do setor produtivo nacional às intensas transformações por que tem passado o cenário econômico. No entanto, esta mesma capacidade de reação atravessou diferentes etapas, associadas a fatores internos e externos. A correta compreensão deste processo pode ajudar a lançar luz sobre as tendências prováveis de evolução da estrutura industrial brasileira a médio e longo prazos. Este foi o objetivo de nosso estudo *Para onde vai a estrutura industrial brasileira*, recentemente publicado pelo Ipea.

Frente ao quadro de recessão e abertura do período 1990-93, o processo de ajustamento ao novo ambiente competitivo foi dominado por elementos de caráter organizacional (essencialmente, difusão dos programas de contenção de despesas e racionalização de métodos produtivos e perfis gerenciais). Como resultado, a despeito da quase estagnação do produto industrial, a produtividade na indústria de transformação elevou-se, em média, 7,5% ao ano, depois de ter permanecido praticamente estagnada entre 1985 e 1990. A partir de 1993 inicia-se uma nova etapa de ajuste. A superação do quadro recessivo, somada ao prosseguimento do processo de abertura e ao cenário de estabilização (inaugurado em 1994), fizeram avançar o processo de ajustamento da indústria através da recuperação dos níveis de investimento.

Uma das características mais marcantes do desempenho industrial brasileiro na última década é uma certa estabilidade da estrutura industrial, observada conjuntamente a um processo de redução da participação da indústria no PIB (a preços constantes). Em 1985, a participação da indústria no produto total era de pouco menos de 25%, valor que se reduziu para cerca de 23% em 1990 e para 22% em 1995 (sempre a preços deste último ano).

No interior da indústria, as principais mudanças dignas de registro referem-se à perda de peso das indústrias têxtil, mecânica e de vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Em conjunto, esses ramos detinham, em média, 16,1% do valor da produção industrial em 1985-89. No quadriênio 1993-96, essa

proporção havia diminuído para 13,3%. Como a produção industrial média praticamente não aumentou entre esses períodos, o nível médio de produção deste grupo diminuiu entre os dois períodos considerados, implicando sensível redução na produção do grupo.

A contrapartida da redução de participação desses ramos é o aumento do peso de um pequeno conjunto de indústrias. Os principais ganhos foram, surpreendentemente, os relacionados a três gêneros: bebidas, fumo e perfumaria, sabões e velas, cuja participação aumenta de 2,6% do total em 1985-89 para 3,5% em 1993-96 (um ganho relativo de 35%). Em segundo plano aparecem alguns gêneros com maior

importância da dotação de fatores de produção em cada país específico. Estes pontos podem ser ilustrados pelo fato de que parece existir um padrão típico de transformação e mudança, segundo o qual as estruturas econômicas tendem a ficar razoavelmente parecidas em países com características socioeconômicas semelhantes. A partir das análises associadas ao nome de H. B. Chenery, diversos estudos captaram essa evidência através da análise e comparação de grupos de países com renda e dotação de fatores semelhantes. Assim, à medida que as economias se movem para níveis mais altos de renda *per capita*, observam-se diferenças nos padrões e estruturas industriais. Subjacentes a

se uma amostra na forma de dados de painel com oitenta países em quatro momentos no tempo: 1980, 1985, 1990 e 1994. A fonte de dados utilizada foi um dos mais recentes relatórios da Unido sobre o desenvolvimento industrial.

A partir de um modelo básico, expresso na forma semilogarítmica, foram testadas *dummies* (de intercepto e multiplicativas) para cada um dos quatro anos da amostra. O objetivo foi identificar possíveis deslocamentos devidos a alterações do(s) padrão(ões) estimado(s) ao longo do tempo, concluindo-se pela estabilidade temporal das relações expressas nos padrões estimados. Outro conjunto de *dummies* mostrou a existência de subpadrões, caracterizando a existência de quatro grupos de países no interior da amostra original: (ex-)socialistas, grandes exportadores de petróleo, "asiáticos" e países muito pequenos (PIB inferior a US\$ 30 bilhões em valores de 1990) ou muito grandes (de dimensões continentais e produtividade agrícola elevada ou em rápida elevação).

Entre 1980 e 1994, observou-se que um número elevado de países atravessou um processo de adequação (ou convergência) aos padrões estimados. Ou seja, a participação da indústria no PIB aproximou-se do valor previsto pelos padrões estimados, considerando-se os níveis de renda *per capita* e produtividade (casos de Brasil, China, Argentina, Alemanha, Japão, Índia, Cingapura, entre outros). Outros países mostraram um movimento consistente, no qual a parcela industrial evoluiu segundo os padrões que a vinculam às variáveis explicativas (Argélia, Cuba, Polônia, Suécia). Um grupo menor de países afastou-se dos padrões estimados, através de uma redução excessiva da parcela industrial do PIB (Austrália, Canadá, México, Tailândia). No caso brasileiro, nota-se com clareza que a participação da indústria no PIB total era excessivamente elevada em 1980, considerando-se nossos níveis de renda *per capita* e produtividade, além das características do país em termos de dotação de fatores. Em 1994, a participação da indústria no PIB havia se reduzido em quase 10%, convergindo para o nível condizente com o "padrão normal" estimado.

Admitindo-se que o processo de redução da parcela industrial do PIB

"Dadas as tendências demográficas brasileiras para o horizonte 1997-2020, uma elevação da renda *per capita* da ordem de 4,5% anuais irá requerer um crescimento da produtividade de pelo menos 4% ao ano, em média, para que não haja pressão excessiva sobre o mercado de trabalho."

peso na estrutura de produção, cujo desempenho foi o fator responsável pelas (modestas) taxas de crescimento da produção observadas no período como um todo: extrativa mineral, produtos alimentares, papel e papelão, material elétrico e de telecomunicações e material de transporte. Nestes casos, o ganho de participação foi de 31,8% para 34,7% (ou seja, um ganho relativo de 9%). Todos estes elementos devem ser compreendidos como parte de uma nova etapa do processo de desenvolvimento industrial brasileiro, e devem ser discutidos, necessariamente, nesse âmbito.

O desenvolvimento industrial é um processo classicamente associado à mudança estrutural e ao crescimento da renda *per capita*. No entanto, para o sucesso de uma estratégia industrial, as experiências de diversos países revelam, entre outros aspectos, grandes diferenças quanto ao papel do governo e das instituições, quanto à importância do setor externo na estratégia de crescimento e, principalmente, quanto à

estes padrões estão as características das vantagens comparativas e as políticas econômicas.

Boa parte da discussão relacionada à idéia de padrões de crescimento industrial estava baseada na concepção de que o processo de desenvolvimento deveria seguir *pari passu* a expansão da parcela do produto industrial no PIB. Isso ocorreria à medida que as "atividades tradicionais" – identificadas, *grosso modo*, com a agricultura – fossem perdendo peso. O aumento da parcela da indústria no produto total deveria acompanhar a elevação da produtividade e da renda *per capita*, aceitas como duas das mais importantes variáveis indicativas do nível de desenvolvimento de um país. Seguindo esta tradição, o estudo em questão buscou identificar estatisticamente a existência de um padrão, tomando a parcela industrial no PIB como variável explicada e, como explicativas, algumas variáveis macroeconômicas-chaves, como a renda *per capita* e a produtividade da mão-de-obra na indústria de cada país. Utilizou-

estivesse encerrado em 1994 e que, portanto, a evolução da participação industrial no PIB passaria a ocorrer segundo o padrão normal estimado, foi possível projetar, por meio de um exercício de cenarização, a trajetória de longo prazo da indústria brasileira. A construção de cenários para o nosso desenvolvimento industrial em um horizonte de longo prazo a partir das estimativas feitas para os "padrões normais" é dificultada pela natureza dos dados utilizados nos exercícios econométricos. Sem sombra de dúvida, a variável mais sujeita a controvérsia é a produtividade da mão-de-obra. O exercício de projeção, sumariado no quadro 1, está baseado em seis diferentes cenários, obtidos a partir do cruzamento de duas taxas alternativas de crescimento da renda *per capita* e três taxas alternativas para o crescimento da produtividade. O horizonte de cenarização compreende o período 1997-2020.

A partir desses valores para a expansão média anual da produtividade e da renda *per capita*, foi possível estimar a parcela industrial no PIB consistente com o padrão normal correspondente a cada um dos seis cenários. Supondo uma taxa de crescimento média da população de 1% anual no período 1997-2020, chega-se à taxa de expansão do PIB, implícita no exercício, obtida a partir do confronto com a taxa de crescimento da renda *per capita* em cada um dos cenários. A partir da dimensão absoluta do PIB (em Reais de 1996), é possível chegar-se ao valor da

transformação industrial. Dadas as hipóteses de evolução da produtividade, pode-se obter a dimensão do emprego industrial em cada cenário. Este conjunto de informações encontra-se no quadro 2.

O exercício de cenarização demonstra a importância da conjugação de ganhos de produtividade e de elevação da renda *per capita*. Dadas as tendências demográficas para o horizonte 1997-2020, uma elevação da renda *per capita* da ordem de 4,5% anuais irá requerer um crescimento da produtividade de pelo menos 4% ao ano, em média, para que não haja pressão excessiva sobre o mercado de trabalho. Neste cenário, o produto industrial atingiria em 2020 cerca R\$ 628 bilhões (em valores de 1996), correspondentes a 22,4% do PIB, sen-

do o emprego industrial da ordem de 8 milhões de trabalhadores.

Admitindo-se a hipótese de que a etapa mais difícil de nosso processo de ajustamento já foi superada no período 1980-94, a estrutura industrial brasileira e a dimensão relativa da indústria no PIB total devem caminhar nos próximos anos segundo os padrões estimados, aproximando-se mais e mais do perfil identificado nos países desenvolvidos com dotações de fatores seme-

lhantes. Corrigido o viés industrialista típico das etapas anteriores do processo de desenvolvimento, a estrutura industrial brasileira poderia estar iniciando um período de crescimento mais equilibrado e menos traumático, quando comparada ao passado recente.

* Pesquisador visitante do Ipea.

** Pesquisador do Ipea e professor da Faculdade de Economia do IBMEC.

QUADRO 1 – Caracterização dos cenários para o desenvolvimento industrial brasileiro. Taxas de crescimento da produtividade e da renda *per capita* médias anuais para o período 1997-2020

| | | | | |
|---------------|------|-----------|-----------|-----------|
| | | 3% | 3,5% | 4% |
| Produtividade | 3,5% | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 |
| | 4,5% | Cenário 4 | Cenário 5 | Cenário 6 |

QUADRO 2 – Cenários para o desenvolvimento industrial brasileiro. Valores estimados para o ano de 2020

| | Ano Base 1996 | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário 3 | Cenário 4 | Cenário 5 | Cenário 6 |
|---|---------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Renda <i>per capita</i> (R\$ 1996) | 4.793 | 10.945 | 10.945 | 10.945 | 13.786 | 13.786 | 13.786 |
| População (milhões) | 156,9 | 199,2 | 199,2 | 199,2 | 199,2 | 199,2 | 199,2 |
| Produtividade (R\$ 1996 por trabalhador) | 40.440 | 82.206 | 92.338 | 103.660 | 82.260 | 92.338 | 103.660 |
| Parcela industrial (estimado) | 22,7% | 23,0% | 22,8% | 22,6% | 23,3% | 23,1% | 22,8% |
| PIB (R\$ bilhões 1996) | 753,3 | 2.180,5 | 2.180,5 | 2.746,4 | 2.746,4 | 2.746,4 | 2.746,4 |
| PIB industrial (R\$ bilhões 1996) | 171,0 | 502,6 | 497,5 | 492,0 | 640,5 | 634,1 | 672,2 |
| Emprego industrial (milhões de trabalhadores) | 4.229 | 6.113 | 5.387 | 4.746 | 7.792 | 6.867 | 6.051 |
| Taxas de crescimento (médias anuais) | | | | | | | |
| População | | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% | 1,0% |
| PIB | | 4,5% | 4,5% | 4,5% | 5,5% | 5,5% | 5,5% |
| PIB industrial | | 4,6% | 4,5% | 4,5% | 5,7% | 5,6% | 5,6% |
| Emprego industrial | | 1,5% | 1,0% | 0,5% | 2,6% | 2,0% | 1,5% |

SEMINÁRIO NACIONAL

GERAÇÃO DE TRABALHO

Geração de trabalho: a responsabilidade social da universidade é o tema do seminário nacional de incubadoras de cooperativas populares que será realizado nos dias 18, 19 e 20 de maio no Centro Cultural Banco do Brasil. O evento vai marcar o lançamento do Programa Nacional de Incubadoras Populares (Proninc), iniciativa de um conjunto de instituições que colaboraram na implantação da primeira experiência-piloto de incubadora de cooperativas populares no país, a da UFRJ: Coppe, Finep, Fundação Banco do Brasil, Banco do Brasil e o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), do programa Comunidade Solidária. Na abertura do seminário nacional será apresentado o vídeo *Ossos do ofício* e estarão em exposição fotografias de J.R. Ripper retratando as experiências das cooperativas populares de várias comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro. Paul Singer, professor da USP, fará palestra, seguida de debate, sobre "Economia solidária: uma alternativa ao desemprego".

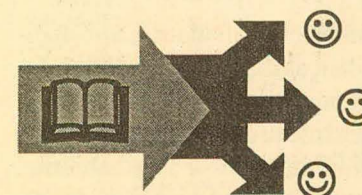
Informações pelos telefones (021) 220-9311/532-1099 ou pelo e-mail shedi@unisys.com.br

Doação de Livros

A campanha Doe Livros, seja um intermediário no acesso ao conhecimento, promovida pelas entidades dos economistas – CORECON-RJ, IERJ e SINDECON – está ajudando a equipar diversas bibliotecas no Estado, de agosto 96 até agora. Foram 3.820 doações em diversas áreas – economia, contabilidade, direito, literatura, história, administração, educação, além de obras de referência (dicionários e enciclopédias).

A campanha continua, e os interessados na doação devem entrar em contato

com a bibliotecária Ester Oliveira Teixeira, das 13h às 17hs, na Biblioteca Eginardo Pires.



Sistema público de emprego: que podemos esperar dele?

Carlos Alberto Ramos*

Há notável concordância de opiniões no Brasil sobre a conveniência de se implementar um Sistema Público de Emprego (SPE), e as ações governamentais parecem ir ao encontro dessa idéia. Com efeito, se definimos um SPE como o arcabouço governamental onde são articuladas ações de apoio financeiro ao trabalhador desempregado (seguro-desemprego), políticas de intermediação e programas de capacitação, treinamento e reciclagem, concluímos que o Brasil avançou muito nos últimos anos.¹ Depositar crescentes esperanças na eficácia de um SPE no combate ao desemprego aberto não é uma especificidade do Brasil. Esse tipo de política foi o eixo a partir do qual tentou-se reduzir a taxa de desocupação nos países centrais, especialmente na Europa Continental, a partir dos anos 50.

O objetivo deste artigo é analisar os pressupostos, muitas vezes implícitos, que fundamentam a existência de um SPE. A partir desse marco teórico, apresentaremos, muito brevemente, as tendências gerais nos países desenvolvidos. Por último, sugeriremos as potencialidades e limitações que essa política pode ter no caso do Brasil.

Os fundamentos²

Por que o SPE – ou seja, a formação e a intermediação – pode ser eficaz para reduzir a taxa de desemprego?

O diagnóstico que justifica o SPE sustenta que, a partir de meados dos anos 70, as economias vêm sofrendo choques contínuos. Um deles é a revolução tecnológica, que tem duas características: (a) a ruptura com o paradigma anterior (taylorista-fordista) e (b) as rápidas mudanças, nos processos de produção e de conhecimentos.

A ruptura com o paradigma tecnológico anterior implica que a mão-de-obra herdada do antigo paradigma pode não ter o perfil adequado para as novas vagas geradas pela modernização da estrutura produtiva. Ou seja: por causa do perfil inadequado da oferta de trabalho, estaríamos diante da presença simultânea de trabalhadores desocupados e de vagas que não são preenchidas. A

rápida mudança nos processos de produção e de conhecimentos, por sua vez, redundaria em uma depreciação igualmente veloz do capital humano do assalariado. Quanto mais um trabalhador permanece desempregado, menores se tornam suas possibilidades de retornar, pois, dada a rapidez das mudanças, seus conhecimentos serão cada vez menos apreciados. Ambas as características colocam na ordem do dia a necessidade de um processo de treinamento permanente, dirigido principalmente aos desocupados. Com tal política, a incompatibilidade entre o perfil da oferta de trabalho e os requerimentos das firmas poderia ser reduzida, produzindo-se uma queda tanto no desemprego como no número de vagas não preenchidas.³

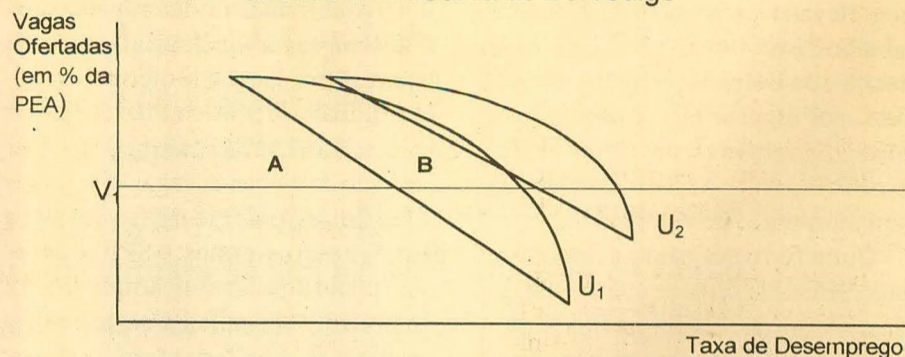
Paralelamente a essa falta de compatibilidade entre oferta e demanda de trabalho, a ruptura do processo de crescimento do após-guerra gerou toda uma série de reestruturações (de setores, de profissões e de amplas áreas geográficas). Em circunstâncias marcadas por rápidas mudanças, os sinais do mercado demoram para alocar recursos de forma eficiente. Pode existir uma elevada taxa de desemprego em uma região em crise, com escassez de mão-de-obra em outra região dinâmica. O mesmo serve para o caso das profissões: um assalariado pode demorar a perceber quais conhecimentos e habilidades estão sendo valorizados pelo mercado. O custo (individual e social) desse processo seria a desocupação, o que justificaria a intervenção do Estado para tornar mais fluidas as informações (através de estudos, divulgação de estatísticas a empresários e trabalhadores, aconselhamento aos desempregados, etc.). Tanto no que se refere à formação como à intermediação, o objetivo, em última instância, é tornar o mercado de trabalho mais eficiente.

Através da chamada Curva de Beveridge (gráfico 1), podemos sintetizar as proposições que apresentamos nos parágrafos anteriores. As curvas visualizadas no gráfico mostram relações entre as vagas ofertadas (em % da PEA) e a taxa de desemprego. As características mais relevantes são sua inclinação e sua distância em relação à

origem. Ambas determinam a “eficiência” de um mercado de trabalho. Quanto mais inclinada for a curva, um choque negativo (queda nas vagas oferecidas) resultará em menores eleva-

SPE) por empregado também apresenta uma significativa variabilidade: 27 desempregados por funcionário na Suécia (mínimo) e 191 na Espanha (máximo).

Gráfico 1 – A Curva de Beveridge



ções na taxa de desemprego. Quanto mais perto da origem ela estiver, maior será a eficiência de um mercado. Imaginemos, no gráfico, que uma economia (e seu mercado de trabalho) esteja representada pela curva U1 e outra pela curva U2. Dada uma quantidade de vagas (V1), esta última economia terá um mercado de trabalho menos “eficiente”, pois ele gera mais desemprego que a outra.

Em geral, quanto maiores e mais frequentes forem os choques a que está submetida uma economia, maiores serão os possíveis desajustamentos entre oferta e demanda. O SPE, em tese, é um dos instrumentos que podem possibilitar maior rapidez nos ajustamentos. Raciocinando nos termos da Curva de Beveridge, o objetivo do SPE é elevar a inclinação da curva na qual a economia está situada e, ao mesmo tempo, aproximá-la o máximo possível da origem.⁴

A experiência internacional

Nos países da OCDE, apesar de existir certo consenso sobre as potencialidades de um SPE no tocante à redução do desemprego, varia muito a importância dos sistemas, medida em termos de recursos alocados.⁵ Em 1996, os recursos públicos destinados à administração e aos serviços prestados pelo SPE iam desde um máximo de 0,36% do PIB, na Holanda, até um mínimo de 0,03% no Japão e em Luxemburgo.⁶ A importância em termos de pessoas (do

No tocante aos programas de treinamento, a diversidade continua sendo a norma, verificando-se percentuais que vão desde médias de 0,5% do PIB (países como Suécia, Alemanha, Finlândia, etc.) até mínimos de 0,05% (Estados Unidos e Japão); ainda em 1996, o máximo observou-se na Dinamarca (1%). Porém, à margem dessa diversidade, uma tendência parece passar as distintas economias: a queda nos recursos alocados em treinamento. A Suécia, por exemplo, que chegou a alocar nessa atividade 1% do PIB no começo dos anos 90, reduziu esse tipo de gasto, retornando aos níveis dos anos 80 (0,5%). Só alguns países (Portugal, Espanha, Dinamarca) apresentam elevações nesses gastos (sempre como percentagem do PIB).

Um dado tão importante quanto os recursos alocados é o contingente de trabalhadores atingidos. Os números sugerem que há limites à ação de um SPE em economias com elevadas taxas de desemprego. O percentual máximo da PEA treinada em programas oficiais verifica-se na Bélgica (9%), mas, em geral, as taxas são muito menores. Em países como a Suécia, que têm longa tradição na implementação de um SPE, o percentual girava em torno de 3% ou 4%. Na Espanha, apesar de taxas de desemprego aberto superiores a 20%, os programas de treinamento cobrem apenas 0,8% da PEA (1996).

Outra forma de avaliar a potencialidade de um SPE no combate ao desemprego consiste em quantificar

sua importância no sistema de intermediação. Tomemos como exemplo os anos 80 na Europa, um período no qual as taxas de desemprego eram elevadas. Nesse período, o estoque médio de vagas (oferecidas no SPE) por desempregado ia de um máximo de 0,89 na Suíça até um mínimo de 0,01 na Espanha. Em geral, as maiores relações eram observadas em economias com taxas de desemprego baixas (Suécia, Japão, Noruega) e as menores em países com elevados percentuais (Bélgica e França, por exemplo). Ou seja, um SPE parece poder oferecer maior cobertura quando a taxa de desemprego é reduzida, mas não quando ela atinge uma elevada proporção da força de trabalho. Nos anos 80, por exemplo, na França e na Bélgica, se um desempregado, por alguma circunstância, não conseguia aproveitar uma oportunidade, o SPE só voltava a lhe oferecer outra vaga num prazo de vinte meses.

Outra forma de medir a importância do SPE no sistema de intermediação é analisar em que medida os desempregados o procuram para retornar à condição de ocupados. Uma pesquisa realizada pela OCDE em onze países membros mostra que na Alemanha e na Itália o SPE parece transmitir muita confiança. No primeiro desses países, 47,4% dos desempregados só procuravam um novo emprego por meio do SPE, sendo que o percentual também era elevado na Itália (41,5%). Porém, em países como Holanda (1,3%), Inglaterra (1,4%) e Irlanda (5,6%) essa confiança parecia reduzida. Nestes três países, porém, uma parte importante dos desempregados procurava emprego via agências

privadas. Em geral, os dados indicam que, com especificidades que variam de economia para economia, a interação de oferta e demanda se realiza através de quatro grandes vias: SPE, agências privadas, jornais e contato direto com empregadores. Outros métodos, como relações e amigos, são marginais (exceto na Itália e na Espanha). Assim, o SPE deve ser visto como mais uma linha de interação a ser utilizada por firmas e trabalhadores.

Lições para o caso brasileiro

Os argumentos apresentados no texto sugerem que o SPE tem como objetivo enfrentar um determinado tipo de desemprego: aquele produzido pela incompatibilidade entre oferta e demanda de trabalho e pela lentidão nos sinais do mercado. Um SPE não pode receber a missão de elevar as vagas oferecidas pelas firmas, pois ele não se destina a isso. Em outros termos: o SPE pode ser visto como uma instituição que tende a maximizar os benefícios, em termos de emprego, de uma dada oferta de postos de trabalho.

Por outro lado, os dados apresentados sugerem que o SPE pode ser útil quando a taxa de desemprego é baixa. Quando a desocupação adquire um caráter massivo, fato que geralmente ocorre por uma queda nas oportunidades de emprego, a eficácia do SPE em contornar a situação é reduzida.

Um corolário quase natural daquilo que afirmamos em parágrafos anteriores sugere que a resposta que se deve esperar de um SPE e dos recursos nele alocados depende de um diagnóstico

prévio sobre as origens do desemprego. Esta afirmação parece ser particularmente importante no caso do Brasil, um país continental, que se caracteriza pela heterogeneidade geográfica. Regiões como Franca (SP) ou o Vale dos Sinos (RS), bem como espaços monindustriais (indústria de calçados) e submetidos a um choque externo desfavorável, devem ter políticas de emprego diferentes daquelas necessárias em áreas de fronteira, como Mato Grosso, ou em espaços com crônicos problemas de desenvolvimento (interior do Nordeste). Nessas circunstâncias, as transferências de recursos federais talvez não devessem estar vinculadas a programas gerais. Pois se um estado é obrigado a realizar programas de formação profissional para receber recursos da União, com certeza ele fará esses programas, mesmo que as origens do desemprego local sejam de outra índole. Isso diminuirá a eficácia dos recursos transferidos.

Nesse contexto, deveriam ser pensados programas de emprego descentralizados, norteados por diagnósticos que equilibrem, de acordo com as especificidades locais, a importância dos aspectos de intermediação e formação. Um SPE não pode ser considerado uma panacéia capaz de reduzir o desemprego. Ele foi imaginado para reduzir um certo tipo de desemprego e, portanto, torna-se ineficaz quando as origens desse fenômeno são outras.

* Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília e bolsista Anpec/Ipea.

NOTAS:

1. Os objetivos governamentais nessa área (articulação entre seguro-desemprego, qualificação e intermediação) estão explicitados em diversas publicações oficiais. Ver, por exemplo, "O Sine que queremos", Revista do Ministério do Trabalho, setembro/outubro, ano 1, nº 4, 1997.

2. Existe todo um contexto histórico no qual se inscrevem as proposições sobre a necessidade de se implementar um SPE. Dados os limites deste artigo, não abordaremos esses aspectos. Muito brevemente, podemos mencionar que a crescente internacionalização das economias limitou a eficácia das políticas keynesianas, que foram o eixo a partir do qual se gerava emprego no ciclo do pós-guerra. Esse declínio da perspectiva keynesiana originou um retorno aos clássicos, valorizando-se a abordagem teórica segundo a qual as causas últimas do desemprego estão situadas no próprio mercado de trabalho (salário mínimo, sindicatos, etc.). O SPE pode ser visto como uma política um pouco heterodoxa, mas mesmo assim é compatível com a perspectiva clássica, pois compartilha o diagnóstico sobre a origem do desemprego (o próprio mercado de trabalho).

3. Uma perspectiva algo mais keynesiana desse fenômeno poderia ser a seguinte: em uma economia aberta, na qual o crescimento é puxado pelas exportações, uma mão-de-obra mais qualificada permite maior competitividade nos mercados mundiais, maior crescimento e, conseqüentemente, maior demanda de trabalho.

4. Obviamente, outros fatores, além da compatibilidade entre oferta e demanda, podem afetar a inclinação e a posição da Curva de Beveridge. Entre os mais importantes, podemos mencionar o marco institucional que regula as relações capital/trabalho. Porém, dados os objetivos do artigo, não abordaremos estes aspectos.

5. Estamos falando de um certo consenso sobre as potencialidades de um SPE, o que não impede que, hoje, as esperanças neles depositadas sejam menores que nos anos 80.

6. Esses dados correspondem aos custos de administração e serviços oferecidos (intermediação) e não incluem os programas de treinamento, subsídios à criação de empregos, etc. Exceto menção específica, os dados foram tomados dos anuários da OCDE (Employment Outlook, vários anos).

ENCONTRO

REGIÃO CENTRO-OESTE

O III Encontro dos Economistas da Região Centro-Oeste (Eneoeste) será aberto no dia 4 de junho pelo governador Cristovam Buarque e pelo presidente do Cofecon, Luiz Carlos Prado, além do presidente do Corecon-DF, Roberto B. Piscitelli, Sindecon-DF, Júlio Miragaya e Fenecon, Eliana Guimarães e irá até o dia 6 do mesmo mês, em Brasília. Os temas serão: "A crise financeira internacional e os efeitos na economia brasileira", "Perspectivas das finanças públicas estaduais e municipais", "A crise do planejamento regional", "Economia e a ecologia do Centro-Oeste", "O ensino de economia e o mercado de trabalho do economista", "O papel das instituições de pesquisa e planejamento regional", "Integração da economia da região Centro-Oeste". No final, será realizado debate sobre os programas econômicos dos candidatos à Presidência da República, com enfoque para o Centro-Oeste. São co-promotores os conselhos regionais de economia de GO/TO, MT, MS, RO e AC. O evento recebeu apoio do Cofecon.

ALTERNEX

Como aderir e navegar na Internet

Os associados do Corecon-RJ, Sindecon e IERJ podem aderir ao sistema AlterNex, do Ibase. O Conselho Regional de Economia firmou contrato com a empresa e está oferecendo condições favoráveis: 30 horas mensais por apenas R\$ 35,00, mais taxa de inscrição no valor de R\$ 30,00. Para tanto, basta solicitar e entregar na sede do Corecon-RJ (Av. Rio Branco 109, 19º andar, Secretaria de Assuntos Institucionais, tel. 224-0578) um formulário para efetuar o cadastro e aguardar o retorno do provedor que enviará as informações necessárias para o acesso. A fração de hora excedente custa R\$ 2,00.

E por falar em Internet, mais de 5 mil pessoas já acessaram <http://www.economistas.com.br>, o site dos economistas. Clique, navegue e envie sugestões.

A necessidade urgente de combater o desemprego

Os economistas brasileiros, representados pelo Sistema Cofecon/Corecon, e a população brasileira presenciaram a evidência, neste começo de ano, do mais perverso efeito da política econômica em curso: o dramático aumento das taxas de desemprego. Esse aumento ocorre independentemente das metodologias de medição que se adotam. Isso ajuda a evitar que a discussão se concentre em torno do "termômetro", quando o fundamental é identificar a infecção que causa a febre.

O problema fundamental, como já foi identificado nos dois últimos Congressos Brasileiros de Economistas (Salvador, 1995; Fortaleza, 1997) reside na política econômica centrada em decisões que travam o crescimento da economia: o governo não tem um plano de desenvolvimento, mas apenas um plano de estabilização. A estratégia governamental baseia-se no binômio câmbio valorizado / taxas de juros elevadas, gerando grande vulnerabilidade nas nossas contas externas.

A vulnerabilidade externa provoca a exigência de garantias por parte dos aplicadores internacionais, como ocorreu quando da brusca subida da taxa de juros, em outubro do ano passado, em meio ao pânico das autoridades econômicas do país diante dos desdobramentos da crise asiática. A consequência previsível dessa estratégia além do agravamento do desequilíbrio das finanças públicas nos três níveis de governo é a penalização de empresas e consumidores, por meio do aumento dramático dos níveis de inadimplência no primeiro trimestre de 1998. Como resultado, ocorre forte desincentivo ao consumo e ao investimento, com retração das atividades, agravando o desemprego.

As entidades dos economistas rejeitam a idéia de que essa política econômica é a única possível. Tal idéia acaba contribuindo para prejudicar a imagem dos nossos profissionais, associados muitas vezes a decisões técnicas e políticas com as quais não mantêm nenhuma relação, e das quais, muitas vezes, discordam frontalmente.

O Fórum de Presidentes de Conselhos Regionais de Economia e a Plenária do Conselho Federal de Economia vêm, portanto, juntar-se ao conjunto dos trabalhadores e dos setores produtivos da sociedade brasileira na denúncia dos efeitos de uma política econômica destruidora da produção nacional, criadora de fortes efeitos desagregadores em nível regional, além de socialmente injusta. Em um país no qual a grande maioria da população apresenta imensas carências de consumo e necessidades básicas e de infra-estrutura a serem atendidas, o aumento da produção, do consumo e do investimento têm sido penalizados. Além disso, a deterioração do aparelho produtivo, a concentração do poder econômico e o enfraquecimento dos mecanismos institucionais de intervenção pública restringem o potencial de crescimento auto-sustentado no Brasil.

Belo Horizonte, 24 de abril de 1998

Fórum de Presidentes de Conselhos Regionais de Economia
Plenária do Conselho Federal de Economia

**INFORMÁTICA
WINDOWS 95 - WORD - EXCEL**

Carga horária: 24 horas - 2 aulas por semana

WINDOWS 95 – Início em 12 de maio.

Duas turmas: 3ª e 5ª, em dois horários:
8:20h às 10:20h e 16:00h às 18:00h.

EXCEL – Início em 18 de maio.

2ª e 4ª das 8:20h às 10:20h.

Programa avançado – Apostilas e disquete gratuitos.
Excelente carga horária – Centro da cidade.

Valor de cada curso: R\$ 120,00

Convênio entre as entidades de economistas e
CURSOS - TREINAMENTO EM INFORMÁTICA

Informações: IERJ - Tels: 509-1077 ou 224-0578

**ILPES – Instituto Latinoamericano y del
Caribe de Planificación Económica y Social**

está com inscrições abertas para os cursos:

- 1 - Diseño de Políticas y Evaluación de Proyectos de Seguridad Ciudadana (07/08/98 a 04/09/98)
- 2 - Reformas Económicas y Gestión Pública Estratégica (30/10/98 a 04/12/98)
- 3 - Preparación, Evaluación y Gestión de Proyectos de Desarrollo Local (25/09/98 a 30/10/98)
- 4 - Desarrollo y Gestión Local (30/10/98 a 04/12/98)

Todos os cursos serão realizados no Chile, nas dependências da Cepal.

Outras informações podem ser obtidas em Brasília, no Setor Comercial norte, quadra 2, bloco A, 7º andar, tel. (061) 329-2000/2001 ou diretamente no ILPES - Casilla 1567, Santiago, Chile - Fax 56-2-2066104. Pode-se enviar E-mail para pdecock@eclac.cl.

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, Sindecon e IERJ – oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade.

O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, tel. 265-2535) ou na do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, tel. 224-0578), de forma alternada.

Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados.

Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

**CURSO INÉDITO E
INOVADOR**

(Aula de apresentação gratuita, única, antes do início do curso)

Patrocínio: IERJ / CORECON/RJ / SINDECON/RJ

PERÍODO DO CURSO: 01 A 15/06/98

HORÁRIO: Das 13 às 16 horas

LOCAL: Av. Augusto Severo, 306-A - Glória - RJ

Sistema de projeções financeiras para aplicação:

- 1 - Elaboraões / Análises de projetos econômicos de investimento.
- 2 - Determinação do valor econômico de empresas, utilizando-se o critério do Desconto do Fluxo de Caixa Global (Operacional e de Investimento).
- 3 - Acompanhamento da Gestão.

Sistema de análise das demonstrações financeiras de empresas em moeda de poder aquisitivo constante.

- ☞ LEVANTAMENTO DE CENÁRIOS EM QUESTÃO DE MINUTOS
- ☞ TOTALMENTE AUTOMATIZADO E INTEGRADOS
- ☞ SISTEMA DE PROJEÇÕES, COM 2 ENTRADAS DE DADOS E 11 RELATÓRIOS DE SAÍDA
- ☞ SISTEMA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, COM 1 ENTRADA DE DADOS E 5 RELATÓRIOS DE SAÍDA
- ☞ UTILIZADOS EM PLANILHAS ELETRÔNICAS MICROSOFT EXCEL 97 E LOTUS 1-2-3 v.5.0 PARA WINDOWS, OU ANTERIORES.

- Serão fornecidos os sistemas, o direito de uso, os manuais operacionais e conceituais, certificado do curso e apoio ao usuário.
- 2 participantes por computador.

Prof. ALUÍZIO DOS SANTOS COSTA

- Economista/Elaborador e Analista de Projetos Econômico de Investimentos.
- Analista Econômico-Financeiro de Empresas.
- Ex-Economista/Analista de Projetos do BNDES (29 anos nesse banco).
- Ex-Conselheiro da Cosipa/Usiminas/Cimetal.

PREÇO DO CURSO

- Para Sócios das entidades e empresas associadas: R\$ 900,00.*
- Outros: R\$ 1.000,00.*

* pagamento em duas vezes.

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES

- IERJ – Av. Rio Branco, 109 - 19º andar
Tels. (021) 224-0578 e 509-1077

VAGAS LIMITADAS

ceiro, refém dos seus credores, que aceita queimar tudo na fogueira do endividamento, pagando juros estratosféricos. Um Estado quebrado não pode ser desenvolvimentista. Ele se tornou o financiador da acumulação rentista, e não mais da acumulação produtiva.

O único gasto público que tem estabilidade constitucional é o ligado ao pagamento da dívida. A estabilidade dos servidores caiu, mas a dos credores, não. Quando o Congresso discute o Orçamento Geral da União, não pode alterar o item "serviço da dívida". O Estado está presente, extraindo renda da maior parte da sociedade para premiar os rentistas, daqui e do exterior. Às custas do empobrecimento do país.

O processo tem sido muito rápido, o que caracteriza uma ruptura. Não é problema delegar certas atividades à iniciativa privada, privatizar empresas. Não me parece, por exemplo, que uma siderurgia pública tenha sentido, como teve nos anos 40. O problema é o Estado renunciar a ser um foco de articulação, submetendo-se completamente à lógica dos agentes privados. Quem vai buscar viabilizar os objetivos nacionais mais abrangentes?

JE – Quais as conseqüências disso para a questão regional?

Tânia – A primeira conseqüência é que interrompemos o modesto movimento de desconcentração espacial da base produtiva brasileira. Há diversos estudiosos de economia regional (Campolina, Paulo Haddad, Leonardo Guimarães, entre outros) partilhando dessa opinião. Campolina fala de uma reconcentração ao sul de Belo Horizonte, Haddad chama a atenção para a capacidade de arraste "para baixo" do Mercosul, e os dados do BNDES sobre tendências dos investimentos privados a se realizarem até 2000 – cerca de R\$ 100 bilhões – comprovam isso: cerca de 2/3 deverão concentrar-se no Sudeste, sendo quase 30% em São Paulo, com apenas 17% no Nordeste e 9,5% no Sul.

Além disso, a dinâmica regional do Brasil passou a ser trabalhada predominantemente pelos grupos econômicos, que olham apenas para o que lhes interessa, ou seja, os espaços dinâmicos. A ação do governo – através do programa Brasil em Ação, por exemplo – apenas reforça a mesma lógica. Todas as obras em curso pretendem dar acessibilidade aos pólos competitivos do Brasil, com o Estado indo atrás do setor privado. Ora, há imensos pedaços do Brasil que não são competitivos.

Isso está redesenhando, embora de outra forma, algo parecido com o velho "arquipélago". A diferença é que não temos mais o mesmo recorte macrorregional. Partes do Rio Grande do Sul, por exemplo, não são competitivas, enquanto partes do Nordeste são. Eu estive na fronteira sul do Rio Grande do Sul no ano passado e vi uma tragédia. Ali, o quadro da agricultura familiar e da antiga base pecuária é desolador, enquanto os vales do Nordeste são competitivos. Mas se você andar alguns quilômetros para dentro e entrar no coração do semi-árido, a realidade é completamente outra, também desoladora. A seca volta, agora, a revelar ao país uma população em estado de fome aguda.

Vocês podem dizer: a base produtiva nessa região sempre foi atrasada. É verdade. Mas está sendo desmontada, sem que nada seja

colocado no lugar. No caso de Pernambuco, quem está remontando alguma coisa é o narcotráfico, no chamado "polígono da maconha". Em um estado pequeno, como o Rio Grande do Norte, Natal tem algum dinamismo, porque está dentro da faixa do turismo. Quando as grandes empresas hoteleiras do mundo olham para o Brasil, elas percebem o litoral do Nordeste. O Banco Mundial e os governos federal e estaduais atuam para apoiar suas decisões de investimento. Mossoró também tem dinamismo, porque está bem perto do vale do Açu, e a Petrobras está lá. Mas se você anda cem quilômetros, encontra uma perplexidade geral. A pecuária e o algodão na "tromba do elefante" rio-grandense do norte, no interior cearense, pernambucano e paraibano acabaram e ninguém discute outra possibilidade de futuro. Quem está preocupado com o que vamos fazer do semi-árido, da fronteira gaúcha ou das grandes periferias do Rio de Janeiro e de São Paulo? As grandes empresas globais, certamente não. E o Estado brasileiro, tributário dessas empresas, também não.

.....

"Pedaços do Brasil estão sobrando. Quem cuida do que não é competitivo? Quem comanda a reestruturação? Quem pensa em objetivos gerais e estratégicos? Ninguém."

.....

JE – Que novo desenho regional começa a aparecer?

Tânia – A abordagem macrorregional se tornou muito insuficiente. Cada grande região tem "peda-

ços" competitivos, e as regiões não estão mais descoladas umas das outras. As "ilhas" se espalharam, "ilhas" de excelência e "ilhas" de abandono. E as "ilhas" competitivas voltam a ter uma articulação predominante com o mercado externo, quebrando a lógica que comandou a modernização do Brasil neste século. O programa Brasil em Ação reforça a infra-estrutura do país na direção dos portos. Prioriza ligar os pedaços dinâmicos do Brasil ao mercado global. Para o resto do Brasil, nada. Isso nos fratura.

JE – Mas, como você é mesmo ressaltou, essa fratura é antiga...

Tânia – Sim. Mas, apesar da concentração, havia uma tendência à integração. Hoje, a tendência é de ilhas dinâmicas e espaços deixados ao deus-dará, embora cheios de gente. Desconfio que rumamos na direção de uma "desintegração compe-

titiva". Nesse contexto, ao invés de políticas regionais, passamos a ter a guerra fiscal. Vejam bem: antes, o Estado nacional definia seus programas de investimento, de incentivo. Podemos criticá-los, mas eles tinham uma lógica, perseguiam certos resultados. Realizava-se uma coordenação pública. A guerra fiscal entre os estados é apenas a expressão do fato de que, agora, a coordenação do processo decisório foi delegada ao empresário privado. O Benjamin Steinbrück, por exemplo, disse que poderá construir quatro usinas siderúrgicas no Nordeste, desde que algum governador arranque do governo federal a garantia de que a Petrobras lhe fornecerá gás pela metade do preço. Os governadores estão se digladiando para ver quem consegue isso. Quem "coordena" a decisão?

JE – Por que os empresários passam a ter tanta força na negociação com as autoridades públicas?

Tânia – Os fatores locais de um investimento não mudam muito, dentro de um raio relativamente grande. Para as montadoras de automóveis interessadas no Mercosul, por exemplo, tanto faz colocar uma fábrica em Santa Catarina, no Paraná ou no Rio Grande do Sul. Os empresários mostram o projeto aos gover-

nadores e cada um dá mais que o outro. O estado "vencedor" chega a arcar com mais da metade do investimento, muito mais do que poderia suportar, e a empresa recebe mais do que precisa, ou do que seria razoável, pois não há coordenação pública do processo. Numa região como o Nordeste, isso se torna dramático, pois ninguém pode se dar ao luxo de perder nenhuma oportunidade. Os empresários passaram a comandar os governadores, e o coordenador federal, que era a Sudene, agoniza.

JE – Você pode resumir a trajetória da Sudene?

Tânia – Ela acompanha a do Brasil. A Sudene nasce em um período de ebulição, no governo de Juscelino, com uma proposta inicial desenvolvimentista e reformista. O golpe militar preserva a primeira característica, mas mutila desde logo a segunda, apostando, ali e em todo o país, em um desenvolvimentismo conservador. A proposta original, por exemplo, falava em reformas na Zona da Mata, mas a ação efetiva das políticas públicas (especialmente nos tempos do Proálcool) foi no sentido de fortalecer a cana. A reforma da estrutura fundiária, implícita no documento original, não saiu do papel. Isso se aplica inclusive à questão da colonização. O GTDN teve a coragem de dizer que havia gente demais no semi-árido do Nordeste, que é o mais densamente povoado entre os semi-áridos de todo o mundo. A estratégia original previa estabelecer pequenos produtores agrícolas na fronteira úmida da região, principalmente no Maranhão, para onde já se dirigia um fluxo natural de gente do Piauí e do Ceará. A idéia era reforçar esse fluxo, montando ali uma agricultura mercantil de alimentos, com base em propriedades de médio porte, para formar a retaguarda agrícola do processo de industrialização. Isso implicava fazer reformas no semi-árido e criar outro padrão fundiário nas áreas novas. Hoje, elas estão sendo ocupadas pela agricultura de grande propriedade, produtora de grãos de exportação.

Assim, no regime militar, a Sudene foi logo mutilada em sua face reformista, embora tenha mantido sua função desenvolvimentista, no contexto de uma estratégia geral essencialmente conservadora. Hoje, ela está simplesmente morrendo. É uma sombra do passado. Não tem função, nem tem sequer a quem se dirigir. Está subordinada ao secretário de Políticas Regionais, que é subordinado ao ministro do Planejamento, que por sua vez não tem

interesse em políticas regionais de desenvolvimento. O secretário, por sua vez, era indicado pelo PMDB da Paraíba, cujo diretório não apoiou firmemente a reeleição do presidente. Com isso, ele foi demitido. Os políticos que apoiaram Fernando Henrique acabam de indicar um representante seu. Tudo, como se sabe, em nome da modernidade...

O general Nilton [ex-superintendente da Sudene] acaba de se demitir. Ele impusera critérios ao Finor, tentando despolitizá-lo, para tratá-lo como se devem tratar recursos públicos. Além disso, defendia a manutenção do pagamento da parte financiada sob a forma de debêntures. Mas o ano é eleitoral. E a elite predatória e patrimonialista não quer pagar as debêntures, cujos recursos realimentariam o fundo, de modo a financiar outros projetos. Essa elite prefere "dar sua contribuição" e antecipar a morte do Finor, sem trocá-lo por nenhuma medida compensatória ou adicional para o Nordeste. O general-superintendente, sem apoio da "modernidade", desistiu.

O mais grave, porém, é o seguinte: o que pode fazer um órgão de política regional em um país que não quer ter política regional?

JE - Pode-se ver uma nova tendência em nível nacional?

Tânia - A tendência é de que tenhamos dinâmicas regionais definidas crescentemente pelo "mercado". Portanto, uma dinâmica seletiva, centrada nos focos de competitividade. Insisto na pergunta: quem cuida do que não é competitivo? Quem comanda a reestruturação? Quem pensa em objetivos gerais e estratégicos? Ninguém.

Não precisava ser assim. Políticas para regiões atrasadas são perfeitamente compatíveis com o processo de globalização. O Estado nacional da China tem políticas regionais e subregionais explícitas. A União Européia, também. Atuando a partir de um nível supranacional, tem vários fundos regionais. O mercado não se preocupa com as áreas não competitivas, mas a União Européia, ou seja, a articulação pública, se preocupa. Elas não estão sendo abandonadas, mas reestruturadas, como ocorre com o Norte vinícola de Portugal. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional está atuando pesadamente lá.

Vejam bem: é uma instância de coordenação supranacional com políticas subregionais, pensando os espaços não competitivos da futura União Européia. A Alemanha tem, dentro do país, muitas políticas

subregionais, fortalecidas depois da incorporação da antiga Alemanha Oriental. Eles estão fazendo na Alemanha Oriental o que a Sudene começou a fazer no Sudeste nos anos 50: estão nivelando a região, em termos de dotação de fatores de competitividade. Os Estados Unidos também estão cheios de políticas regionais. Não é porque tem globalização que essas políticas não podem existir. Esta é uma opção das elites brasileiras.

JE - Você vê, então, uma tendência ao aumento da desigualdade...

Tânia - Quando eu olho para daqui a dez anos, vejo que teremos um país mais desigual do que aquele que estávamos construindo. O processo de construção era muito excludente, mas tinha tendências, em alguns aspectos, integradoras. Hoje, elas são muito mais desintegradoras. O Nordeste terá suas próprias ilhas dinâmicas, pois todas as instituições trabalham nelas, e só nelas: os empresários, o governo federal, o Banco Mundial. Todos trabalham em grãos e fruticultura para exportação, turismo internacional e, no caso do Banco Mundial, *software*. Todos trabalham os mesmos agentes, muitas vezes de forma pouco inteligente. Um grande grupo hoteleiro chega no Nordeste e só vê as praias. Não sabe que logo ali atrás tem um artesanato fantástico, um conjunto único de manifestações culturais ricas e muito diversas. Mar tem em outros lugares, mas mar junto com aquela cultura só tem ali. A Grécia, a Itália, a Espanha sabem disso, e por isso seu turismo é consistente. Não há duas Grécias, nem duas Itálias, nem duas Espanhas. No Nordeste poderia ser a mesma coisa.

Ninguém trabalha fora das áreas competitivas. Para o "projeto" hoje hegemônico, o semi-árido não existe. Só 5% dele interessam (onde se pode fazer fruticultura irrigada). A Zona da Mata foi abandonada. As usinas estão fechando, uma atrás da outra. E os agentes públicos lavam as mãos. Nenhum deles diz: "A crise é uma hora boa para refazer, reestruturar, em tal direção." Na crise, o agente público tem mais força diante de oligarquias enfraquecidas. Mas os próprios usineiros se sentem órfãos. Não têm sequer a quem se dirigir. O cacau é outra região do Nordeste que está em desestruturação, quando deveria estar em reestruturação, como o Norte de Portugal.

Todos os esforços confluem para áreas e setores restritos, com o agravante de que o cenário é de

baixo dinamismo - pois a taxa de crescimento diminuiu muito -, o que aumenta ainda mais a seletividade. Nesse caminho, pedaços de Brasil vão sobrando.

JE - Como poderíamos fazer frente a essa heterogeneidade do Brasil?

Tânia - Ela não é um problema, é um potencial. Creio que os paulistas têm mais dificuldades para perceber isso e, entre eles, especialmente, os economistas, que trabalham muito com médias e com uma noção abstrata de espaço. No Brasil, média não quer dizer nada, porque os desvios-padrão são sempre muito altos. São Paulo representa praticamente a metade da nossa economia, mas a outra metade é de uma pluralidade fantástica. Os gaúchos, os nordestinos, os nordestinos, os goianos, percebem isso com mais nitidez, porque não estão no núcleo hegemônico, que é mais homogêneo.

Vejam que país diferenciado nós somos: temos áreas competitivas, áreas em processo de reestruturação incipiente, áreas em degradação e áreas a conquistar. Temos uma magnífica diferenciação geoambiental, cultural e econômica. Deveríamos valorizar o esforço de coordenação, com estratégias para todas elas, definindo políticas explícitas que dessem conta dessas diferenças.

JE - De que forma devemos pensar a dinâmica espacial brasileira atual?

Tânia - Como eu disse, o corte macrorregional se tornou insuficiente. Seriam necessários cortes mais finos. Sudeste já não diz muito, pois também ali existem áreas dramáticas. Quando entramos em certas áreas do Sudeste, parece que estamos vendo a imagem tradicional do Nordeste, e vice-versa. Não faz mais sentido dizer: "O Sudeste vai bem, o Nordeste vai mal." A partir desses cortes finos, fóruns de coordenação precisam definir objetivos comuns, negociados, que nos levem a uma trajetória desejada por nós, e não a uma trajetória em que vamos a reboque de agentes cuja lógica decisória é a do interesse individual.

JE - Você vê alguma instituição brasileira agindo a partir desse enfoque?

Tânia - Instituição pública, não. Hoje, para fazer política regional, eu me inspiraria na forma como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) trabalha. Eles dão conta da heterogeneidade do Brasil. Têm um objetivo claro -

uma reforma agrária exitosa - e trabalham com uma organização "em matriz". No futuro que desejam, o Brasil daqui a vinte anos estará pontilhado com milhares de assentamentos consolidados. Na linha da matriz, colocam os diversos componentes que permitirão que isso aconteça. O primeiro, é claro, é conquistar a terra. Logo, eles têm uma política de ocupação; depois, começa a fase de assentamento; em seguida, entram com políticas de educação, saúde, crédito, infraestrutura, tecnologia. O somatório disso resulta, no tempo, em um assentamento exitoso. Então, nas linhas da matriz eles têm políticas setoriais. Mas, nas colunas, trabalham a heterogeneidade do Brasil, através da dimensão espacial, estruturando um sistema de coordenações regionais e locais e tendo uma coordenação nacional. Eles sabem que a política para a Zona da Mata de Pernambuco, por exemplo, não pode ser a mesma para Petrolina. Valorizam a realidade específica, através de uma rede de grupos locais de coordenação que funciona de forma espacializada, congregando-se sucessivamente até chegar à coordenação nacional.

Vejam bem, eles não são o Estado, mas um movimento social que trabalha com grande carência de recursos. Mas conseguem fazer o que o Estado não faz: dão conta da heterogeneidade do país. Têm macropolíticas, mas também têm uma análise fina de cada lugar. Têm uma política nacional regionalizada (para ocupar, para educar, para estimular a produção, etc.). Sabem que a política educacional não pode ser a mesma do Oiapoque ao Chuí. Vêem e valorizam essa diversidade como um potencial, e não como um problema. Por isso, estão no caminho certo. Percebem, claramente, o que as nossas elites dirigentes não perceberam em nenhuma das três fases das quais falamos: a diversidade do Brasil não é um problema, mas uma vantagem. Só que ela não cabe em modelos centralizados, concentradores, excludentes (para esses modelos é que a diversidade é problemática).

Para construir modelos descentralizados e coordenados, e projetos incluídos, como o do MST, a diversidade maravilhosa do Brasil é uma enorme vantagem. Por isso, esse e outros movimentos sociais são parte da energia construtiva presente na sociedade, que não está perdida. O Estado e as elites conservadoras, por cima, desmontam as coisas. A sociedade vai por baixo e as remonta. Este país é fantástico. Por isso, tem futuro.

O novo método de trabalho das contas nacionais brasileiras

Gilda M.C. Santiago*
Heloísa V. Filgueiras**

Em dezembro de 1997, o IBGE divulgou os resultados do Sistema de Contas Nacionais (SCN) do Brasil, estimados com nova metodologia.¹ O sistema anterior, denominado Sistema de Contas Nacionais Consolidadas (SCNC), desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas,² incorporou ao longo dos anos mudanças metodológicas, porém não tão substantivas como a atual. Alterações conceituais, de classificações e de definições também foram introduzidas em várias ocasiões.

O sistema consolidado seguia uma adaptação da proposta de contas-padrão, expressa no *System of National Accounts* (SNA), o manual de contas nacionais publicado em 1953 pelas Nações Unidas. As seis contas, definidas nesse manual, referiam-se à produção, à apropriação da renda, à conta de capital, às operações com o resto do mundo e à conta das administrações públicas, com informações consolidadas para a nação.³

Em 1968, as Nações Unidas publicaram a terceira revisão do manual de contas nacionais. Com o objetivo de evidenciar o processo produtivo e descrever melhor todos os fluxos entre os agentes econômicos presentes em uma economia, o SNA 68 recomenda a construção de um sistema mais desagregado e amplo. Introduz a conta de produção desagregada em recursos e usos, apresenta a análise tridimensional dos fluxos financeiros e detalha as contas de distribuição e uso da renda, de capital e patrimoniais, por grandes agentes econômicos: empresas financeiras e não financeiras, administrações públicas, famílias e instituições privadas sem fins lucrativos. Também incorpora as estimativas a preços constantes.

A recente revisão do SNA, ocorrida em 1993, atualiza o sistema para acompanhar a evolução das economias, resultantes de inovações tecnológicas na área das informações, da complexidade e da sofisticação dos mercados financeiros e da mudança no papel dos governos, sobretudo nos países em transição para uma economia de mercado. O processo inflacionário foi outro tema atualizado pelo SNA, de especial interesse para nosso país. Apesar das inúmeras alterações, a estrutura do sistema permanece semelhante à sugerida na revisão anterior. No Brasil, o atual sistema de contas se aproxima do SNA 93.

O atual sistema apresenta não só maior quantidade de informações, mas sobretudo maior qualidade nos seus resultados. Essa melhora na qualidade é consequência do método de elaboração das estimativas, que se diferencia significativamente do anterior e representa grande avanço na produção dessas estatísticas.

Neste texto pretendemos, de forma resumida, apresentar o método de trabalho adotado nas estimativas do atual SCN. Com isso, o usuário poderá perceber melhor como essa nova forma de organização do trabalho influencia na qualidade dos resultados e o motivo das diferenças entre os resultados de contas e de outras pesquisas.

Os trabalhos em contas nacionais estão divididos em duas grandes áreas. Cada uma estima agregados macroeconômicos sob ópticas distintas, diferenciadas pela unidade de investigação, com vistas a atender interesses analíticos específicos. Assim, um grupo dedica-se à construção das Tabelas de Recursos e Usos (TRUs, anteriormente denominadas Tabelas de Insumo-Produto, ou TIPs), cujo interesse centra-se nas relações técnico-econômicas, nas quais o objeto de investigação é a unidade de produção. O agrupamento das unidades produtivas (estabelecimentos ou unidades locais), classificadas pela homogeneidade no processo produtivo, define os setores de atividades.

Outro grupo analisa o comportamento dos agentes econômicos, no que se refere à distribuição e ao uso da renda, bem como à acumulação de ativos. A unidade de investigação é a institucional, caracterizada por autonomia de decisão e unidade patrimonial. Seu agrupamento, determinado pelo comportamento econômico principal, define os seguintes setores institucionais: empresas financeiras, empresas não financeiras, administrações públicas, instituições privadas sem fins lucrativos e famílias.

Na construção das TRUs, os trabalhos também são realizados sob enfoques: a montagem das tabelas de oferta e demanda de bens e serviços, e a estimativa da conta de geração da renda (componentes do valor adicionado) e de pessoal ocupado, por atividades.

No primeiro caso, elaboram-se os equilíbrios entre oferta e demanda por

produto, conforme a classificação adotada (oitenta produtos).⁴ A oferta compõe um conjunto de operações: valor da produção, margens de transporte e comércio, importação e os impostos incidentes sobre o produto. As seguintes operações integram a demanda: consumo intermediário, consumo pessoal, exportação, formação bruta de capital fixo e variação de estoques.

É importante destacar que as estimativas do valor de produção não se limitam aos dados das pesquisas econômicas, cujo informante é a empresa legalmente constituída. São efetuados estudos para incorporar a produção dos autônomos, registrados ou não.

Onível de detalhamento foi definido para oitenta produtos. Porém, antes de alimentar o modelo que equilibra oferta e demanda de bens e serviços, os técnicos analisam uma gama maior de produtos, sobretudo os agrícolas, e realizam outros estudos específicos. Assim, por exemplo, analisa-se o comportamento mensal de produção e vendas dos produtos agrícolas, em quantidade e valor, dado o perfil sazonal das diversas culturas.

Os dados referentes às importações e exportações são classificados pelo nível 80 e convertidos por taxas mensais ou trimestrais para bens e serviços, respectivamente. Para assegurar o equilíbrio entre usos e recursos do produto, a oferta e a demanda são acrescidas pelas transações sem emissão de câmbio, por exemplo a importação da energia elétrica de Itaipu.

O equilíbrio das cadeias produtivas, em quantidade e valor, é uma etapa intermediária dos trabalhos de elaboração das TRUs. Após este equilíbrio, chega-se a uma estimativa do valor adicionado pelas ópticas da produção e da despesa.

A par dos trabalhos de equilíbrio de produtos, outra equipe analisa os componentes do valor adicionado (salários e contribuições sociais, rendimento dos autônomos, impostos sobre a atividade e subsídios à atividade). Também se estuda a evolução do pessoal ocupado, por atividade. Este dado é um importante instrumento de crítica da evolução da produção física. Por essa análise, chega-se a uma proposta da repartição do valor adicionado pela óptica da renda.

Uma vez estimadas as operações de origem (oferta) e destino (demanda) de cada produto (a preços correntes e

do ano anterior), quando ficam definidos a produção e o consumo intermediário de cada atividade, e a conta de geração de renda, inicia-se a fase de síntese de bens e serviços. Isso significa obter coerência entre as informações das contas de produção e geração da renda por setor de atividade. Assim, todo comportamento contraditório, ou mesmo não esperado, deverá ser motivo de investigação adicional, recorrendo-se a novas fontes de informações. Trata-se de um processo iterativo até atingir-se o equilíbrio. Isto é, o novo dado alimenta o modelo que será objeto de análise, e assim sucessivamente, até obter coerência entre os resultados das TRUs.

Os resultados das Contas Nacionais podem ser provenientes de qualquer uma das fontes consultadas ou mesmo ficar no intervalo entre elas. O que se busca, conforme foi dito acima, é obter consistência entre as informações no ano e ao longo da série. O equilíbrio pressupõe o confronto entre as diversas fontes e o arbítrio do analista.

O grupo que estuda os setores institucionais elabora as contas correntes (produção, distribuição e uso da renda) e de acumulação, com base nas demonstrações contábeis das empresas financeiras e não financeiras e das entidades das administrações públicas. As contas intermediárias desses setores ficam definidas após o tratamento de algumas variáveis para que se adequem ao conceito em contas nacionais, o equilíbrio entre as contas correntes e de acumulação e a crítica da coerência das variáveis. São consideradas como contas intermediárias porque ainda não foram realizados os ajustes resultantes dos equilíbrios das operações entre os diversos agentes e, portanto, são respeitados os dados das fontes originais.

Para o setor famílias, que abrange unidades consumidoras e unidades produtoras cujo patrimônio da atividade produtiva se confunde com o patrimônio da pessoa física (por exemplo, os autônomos), não se dispõe de pesquisas sobre sua produção. Como proposta inicial, aceita-se o resultado obtido nos trabalhos das TRUs para as contas de produção e geração da renda. As demais operações são estimadas durante o processo de síntese.

Uma vez concluídas as contas intermediárias, inicia-se a síntese global, última etapa do processo de construção

das contas nacionais. Nessa fase, elaboram-se a tabela Contas Econômicas Integradas, núcleo central do sistema. Inicia-se pelo confronto entre os resultados gerados em bens e serviços (setor de atividade) e os das contas intermediárias (setor institucional). Os setores instituições financeiras e administrações públicas apresentam os mesmos valores nos dois enfoques, a menos dos relativos aos corretores autônomos de seguros. Como se aceita, inicialmente, a proposta da conta das famílias, resta confrontar as estimativas para as empresas não financeiras. A grande dificuldade reside no fato de igualar dados provenientes de registros administrativos (IRPJ), pelo lado dos setores institucionais, e os originários de diversas estatísticas, pelo lado dos setores de atividades, e pelas diferentes unidades de investigação. Qualquer alteração proposta é discutida e analisada com os responsáveis pela elaboração das contas intermediárias e das TRUs. Definidos os acertos, ambos os grupos retomam os trabalhos para incluir as possíveis modificações.

Terminada essa fase, os trabalhos de bens e serviços são considerados encerrados. Começa, então, a segunda fase da síntese: o equilíbrio entre pagamentos e recebimentos entre os agentes (setores institucionais), por operação. Para subsidiar os trabalhos de síntese, é necessário elaborar algumas matrizes das principais operações: juros, transferências correntes e de capital e formação bruta de capital fixo. Após o equilíbrio das operações, são analisadas as contas dos setores institucionais e os agregados macroeconômicos gerados para a economia. Vários elementos de crítica são utilizados para testar a consistência dos resultados, como, por exemplo, as taxas médias das contribui-

ções sociais a cargo dos empregadores e as taxas médias de investimento dos diversos setores.

A coerência dos resultados em contas nacionais é garantida *a priori* pelo uso dos mesmos conceitos e por normas contábilísticas comuns e, posteriormente, pelo equilíbrio entre recursos e usos, determinado pela análise do comportamento estrutural e intertemporal dos agentes. Os dados finais refletirão o confronto de fontes distintas e a arbitragem dos técnicos, mas sempre

TABELA DE RECURSOS E USOS

| Oferta de bens e serviços | | | Produção das atividades | | | Total economia | Importação | |
|---------------------------|-----------------------|------------------|-------------------------|-----------|----------|----------------|--------------|--|
| Descr. do produto | Oferta tot. p. const. | impostos margens | Agropec. | Indústria | Serviços | | bens e serv. | |
| Agropecuária | 92 | 3 | 85 | 0 | 1 | | 3 | |
| Indústria | 646 | 70 | 7 | 512 | 0 | | 57 | |
| Serviços | 722 | 11 | 6 | 49 | 653 | | 9 | |
| Total | 1.460 | 84 | 92 | 561 | 654 | | 69 | |

| Descr. do produto | Oferta tot. p. const. | impostos margens | Consumo inter. das ativid. | | | Total economia | Demanda | |
|-------------------|-----------------------|------------------|----------------------------|-----------|----------|----------------|---------|-------|
| | | | Agropec. | Indústria | Serviços | | final | total |
| Agropecuária | 92 | | 15 | 49 | 4 | | 24 | 92 |
| Indústria | 646 | | 19 | 222 | 148 | | 257 | 446 |
| Serviços | 722 | | 3 | 43 | 110 | | 566 | 722 |
| Total | 1.460 | | 37 | 314 | 262 | | 847 | 1.460 |

| Componentes do valor adicionado | | | | | | |
|---------------------------------|--|----|--------|--------|--------|--------|
| V. adic. bruto (PIB) | | 84 | 55 | 247 | 392 | 778 |
| Remunerações | | | 8 | 64 | 227 | 929 |
| Exced. oper. bruto | | | 49 | 160 | 152 | 361 |
| Impostos | | 84 | (2) | 23 | 13 | 118 |
| Valor da produção | | | 92 | 561 | 654 | 1.307 |
| Pessoal ocupado | | | 13.901 | 11.891 | 34.022 | 59.314 |

Fonte: IBGE / DPE / Departamento de Contas Nacionais

analisados à luz da realidade do país, sob distintas ópticas.

* Chefe do Departamento de Contas Nacionais do IBGE.

** Chefe de divisão do Departamento de Contas Nacionais do IBGE.

Notas:

1. Foram publicadas somente as Tabelas de Recursos e Usos (TRUs) que se referem à análise do processo produtivo. O núcleo

central do sistema formado pelas Contas Econômicas Integradas que mostram todas as etapas do circuito econômico e como os resultados das transações entre os agentes alteram seus patrimônios será divulgado, parcialmente, em uma segunda etapa, prevista para este ano.

2. O primeiro ano da série é 1947, mas ela também apresenta resultados para o ano de 1939.

3. Um breve retrospecto sobre os manuais encontra-se no SNA-93.

4. Denominado nível 80 ou, simplesmente, N80.

ENCONTRO

ESTUDOS ESTRATÉGICOS

O Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp vai realizar, com outros co-promotores, o IV Encontro Nacional de Estudos Estratégicos de 11 a 14 de maio, quando serão debatidos temas nacionais do momento, como: defesa nacional, segurança pública, políticas públicas, reforma do estado, relações civis-militares, cenários estratégicos, educação e universidade, desafios da política exterior, integração e segurança regional, ciência e tecnologia e infra-estrutura e processo produtivo.

Mais informações:

Secretaria-Executiva do IV ENEE
 Caixa postal 6156, 13083-970, Campinas, SP ou
 Fone-fax (+ 55-19) 788-7790
 e-mail: ivenee@unicamp.br ou
 home page http://www.unicamp.br/nee/nee.html.

XXV ENECO

Encontro Nacional de Estudantes de Economia

Será realizado de 19 a 25 de julho de 1998 na Universidade Federal do Pará, em Belém, o Encontro Nacional de Estudantes de Economia, realizado pelo centro acadêmico de economia da UFPA e pelo CORECON-9ª Região, tendo total apoio do CORECON/RJ.

DEBATES

"Diálogo - Olhares sobre o masculino e o feminino"

Reúne uma série de debates que visam discutir os novos espaços e áreas de contato entre homens e mulheres no final deste século e que trazem profundas implicações na construção da subjetividade contemporânea. O evento contará com a presença de psicanalistas, como Walter Boechat, Isabel Fortes, Sócrates Nolasco e outros, o cartunista Miguel Paiva, a atriz Zezé Polessa, a jornalista Cecilia Costa, a historiadora Magali Engel e demais personalidades. Maiores informações pelo telefone (021) 249-0347.

III ENEOESTE

Realização: CORECON / SINDECON-DF

Período: 04 a 06 de Junho de 1998

Co-Promotores: Corecons de GO / TO, MT, MS, RO e AC

Patrocínio: Caixa

Apoio: Cofecon, Codeplan, Gazeta Mercantil, Sebrae, Secretaria de Turismo (GDE) e BRB

P R O G R A M A:

DIA 04 DE JUNHO

09:00 horas - Abertura
Governador Cristovam Buarque e Presidentes do COFECON e do CORECON-DF

10:00 horas
A Crise Financeira Internacional e os Efeitos na Economia Brasileira
Presidente da Mesa: Newton Marques (Corecon-DF)

Palestrantes: Carlos Prado (Presidente do Cofecon)
Antonio Barros de Castro
Reinaldo Gonçalves (Professor Titular UFRJ, Vice-Presidente do Corecon-RJ, ex-economista das Nações Unidas)

12:30 horas - Almoço

14:30 horas
Perspectivas das Finanças Públicas Estaduais

Presidente da Mesa: Presidente do Corecon-RO
Palestrantes: Mário Tinoco (Secretário da Fazenda e Planejamento do DF)
José Roberto Afonso (BNDES)

16:30 horas - Auditório
A Crise do Planejamento Regional
Presidente da Mesa: Presidente do Corecon-GO/TO

Palestrantes: Francisco de Borja B. Magalhães (Cofecon)
Charles Miller (UnB)
Paulo Hadad (Ex-Ministro da Fazenda) Secretário do Desenvolvimento Regional - GO

16:30 horas - Sala Paralela
Economia e a Ecologia do Centro-Oeste

Presidente da Mesa: Presidente do Corecon-MS
Palestrantes: Wilson Fernandes Sanches
Aspásia Camargo (Ibama)
Jorge Nogueira (UnB)
Washington Novais
Thales de Souza Campos (MS)

19:00 horas - Coquetel

20:00 horas - Fórum de Presidentes

DIA 05 DE JUNHO

08:30 horas - Auditório
O Ensino de Economia e o Mercado de Trabalho do Economista

Presidente da Mesa: Presidente do Corecon-DF
Palestrantes: Carlito Zanetti (Cofecon e UnB)
Antônio Corrêa de Lacerda (Cofecon e PUC-SP)
José Luiz Pagnussat (Corecon-DF e UCB)

08:30 horas - Sala Paralela
O Papel das Instituições de Pesquisa e Planejamento Regional

Presidente da Mesa: Presidente do Sindecon-DF
Palestrantes: Jorge Haroldo (Codeplan)
Edison Garcia (Secretário do Planejamento Mato Grosso)
Marcel Bursztyn (CDS-DF)

10:30 horas
Integração da Economia da Região Centro-Oeste

Presidente da Mesa: Presidente do Corecon-MT
Palestrantes: Lourival Dantas (Presidente da FIBRA)
José Luiz Barbosa Passos (Diretor Superintendente Sebrae)
Agnelo Queiroz (Deputado Federal)
Malcom Meziam (Presidente da Associação Industrial - GO)
Jesus Alfredo de Luiz Sulzer (MS)

12:30 horas - Almoço

14:30 horas
Debate sobre os programas econômicos dos candidatos à Presidência da República, com enfoque para o Centro-Oeste
Moderador: Gazeta Mercantil - Editor Chefe de Economia

17:00 horas - Auditório
Plenária Final (Encerramento)

17:00 horas - Sala Paralela
Reunião do Cofecon

DIA 06 DE JUNHO

09:00 horas - Continuação da Reunião do Cofecon

12:30 - Almoço

14:30 - Conclusão da Reunião do Cofecon

FAIXA LIVRE

FAIXA LIVRE é um programa independente, de análise econômica e política, que vai ao ar de segunda a sexta-feira na Rádio Guanabara-Bandeirantes (1360 KHZ), de 7:30 às 9 horas. Apresentado por Alvaro Queiroz e Ricardo Bueno, o programa conta com colunistas de projeção nacional e é apoiado pelas entidades representativas dos economistas no estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon, além de diversas outras sindicais e profissionais. Se você quiser participar e emitir sua opinião, ligue para 220-1360. No **FAIXA LIVRE** a liberdade de imprensa não é um mero slogan, mas, sim, uma prática cotidiana.

LIVROS EM VENDA DIRETA

Lançamento

A opção brasileira
208 páginas
Vários autores

Preço com desconto: R\$ 13,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

O Manifesto Comunista 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

O pensamento chinês - 416 p.
Marcel Granet
Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo
Guy Debord - 240 p.
Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.
Kwame Anthony Appiah
Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bourdieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielschowsky
Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)
Preço com desconto: R\$ 25,00

A parte e o todo - 288 p.
Werner Heisenberg
Preço com desconto: R\$ 20,00

CONTRAPONTO

Tel. / fax (021) 275-0751
Caixa postal 56066
Rio de Janeiro, RJ
CEP 22292-970
e-mail:
contraponto@rio.nutecnet.com.br

PUBLICAÇÕES DA CEPAL

O Conselho Regional de Economia-RJ, em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da CEPAL em sua biblioteca, no horário das 13 às 17h, onde o catálogo das obras poderá ser consultado. O preço utilizado será o dólar das Nações Unidas (US\$ 1,137 para o mês de abril) e as publicações que não estiverem disponíveis serão solicitadas ao escritório da CEPAL em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- ECONOMIC SURVEY OF LATIN AMÉRICA AND THE CARIBBEAN 1996-1997 – US\$ 50.
- DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL Y DISTRIBUCIÓN DEL PROGRESO TÉCNICO: UNA RESPUESTA A LAS EXIGENCIAS DEL AJUSTE ESTRUCTURAL, Francisco Albuquerque, 1997, 118p. US\$ 8.
- LA GRIETA DE LAS DROGAS: DESINTEGRACIÓN SOCIAL Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA, 1997, 218p. US\$ 10.
- REVISTA DE LA CEPAL nº 63, 1997. US\$ 10.
- BALANCE PRELIMINAR DE LA ECONOMÍA DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 1997, 64p. US\$ 8.
- AMÉRICA LATINA: TABLAS DE MORTALIDAD 1950-2025, 1998, 345p. US\$ 6.
- ESTUDIO ECONÓMICO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 1996-1997, 349p. US\$ 50.
- NOTAS SOBRE LA FAMILIA COMO UNIDAD SOCIOECONÓMICA, Carlos A. Borsotti, 1978, 2ª ed. 1984, 60p. US\$ 6.
- EL DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y SUS REPERCUSIONES EN LA EDUCACIÓN. ALFABETISMO Y ESCOLARIDAD BÁSICA, 1982, 246p. US\$ 8.
- LA ECONOMÍA DE AMÉRICA LATINA EN 1982: EVOLUCIÓN GENERAL, POLÍTICA CAMBIARIA Y RENEGOCIACIÓN DE LA DEUDA EXTERNA, 1984, 104p. US\$ 6.
- BASIC CONCEPTS OF MARITIME TRANSPORT AND ITS PRESENT STATUS IN LATIN AMÉRICA AND THE CARIBBEAN, 1987, 114p. US\$ 6.
- AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: DINÁMICA DE LA POBLACIÓN Y DESARROLLO, 1995, 167p. US\$ 8.
- CIUDADANÍA Y DERECHOS HUMANOS DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS, 1997, 124p. US\$ 6.
- HACIA NUEVAS MODALIDADES DE COOPERACIÓN ECONÓMICA ENTRE AMÉRICA LATINA Y EL JAPÓN, 1986, 233p. US\$ 8.

PRÊMIO

Novas idéias para o Nordeste

Estão abertas até 17 de maio, nas agências do Banco do Nordeste, as inscrições para o prêmio **Novas idéias para um novo Nordeste**, dirigido a quem tem mestrado, doutorado ou está cursando um deles, desde que em escolas reconhecidas pela Capes ou pelo CNPq. Serão recebidos trabalhos sobre projetos que contribuam para o desenvolvimento auto-sustentável em cada um dos estados de atuação do Banco do Nordeste (as inscrições devem ser feitas nas agências dessa instituição) com o mínimo de 50 páginas. Os prêmios são de R\$ 10 mil e R\$ 5 mil, por estado onde haja atuação do Banco, além de menção honrosa e outras vantagens. Mais informações na *home page* <http://www.bnb.gov.br> ou pelos telefones (085) 299-3090, 299-3503.

HOME PAGE

Estatísticas Econômicas, com indicadores sociais e demográficos das regiões Sudeste e Sul do país; *Jornal dos Economistas*; Agenda de Eventos; Bolsa de Empregos e muito mais estão à disposição no nosso site **Economistas On Line**. A *home-page* foi desenvolvida em convênio com o Corecon-RJ, o Sindecon e o IERJ para prestar serviços, fornecer informações úteis e, principalmente, manter associados e empresas registradas interagindo com o que está acontecendo de mais importante na economia.

O endereço de nossa homepage no cyberspaço é <http://www.economistas.com.br>. Os internautas que navegarem pelas nossas páginas encontrarão novidades, como a íntegra da publicação “Perfil dos Economistas”, e informações atualizadas no campo “Estatísticas Econômicas”.

Evento Internacional de Economia 98

“El Desarrollo Sostenible, la Equidad y la Competitividad” é o tema central do **Evento Internacional de Economia 98**, que será realizado nos dias 1, 2 e 3 de julho no **Palácio das Convenções de Havana, Cuba**, promovido pela Associação de Economistas da América Latina e do Caribe e pela Associação Nacional de Economistas. Abaixo relacionamos alguns assuntos que serão abordados:

- Los Procesos de Globalización y las Políticas de Adaptación.
- Los Ajustes y Reformas Económicas
- Flexibilización del Mercado Laboral
- Sistemas Contables, Financieros y de auditoría
- La Formación de Bloques Regionales: Retos y Perspectivas en el Comercio Mundial
- La Formación de Economistas y Contadores

Informações sobre o evento:

Linda Ivón Montañes León

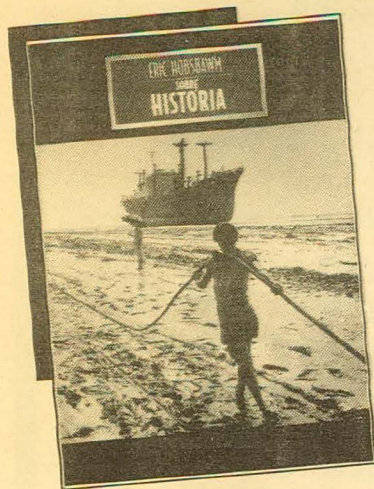
Tel. (537) 24-9461. FAX: (537) 22-3456.

E-Mail: anec@ceniai.inf.cu.

Outras informações:

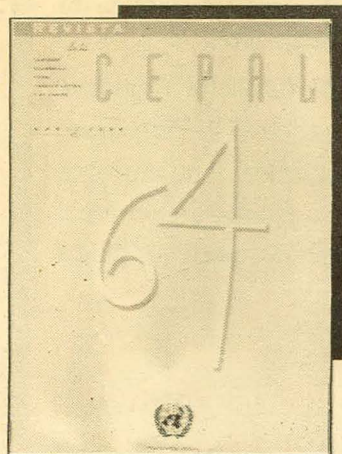
Agência de Viagens Sanchat Tour

Tel. 55 11 239 6466 FAX: 55 11 238 8859.



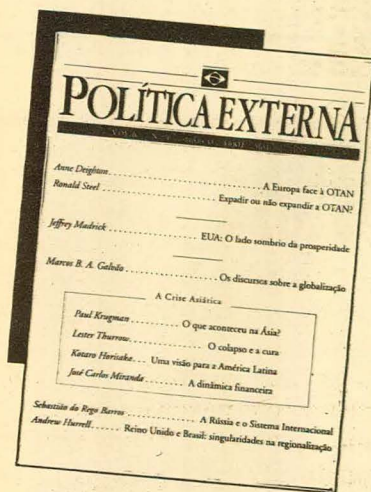
Sobre história, de Eric Hobsbawm, é uma coleção de ensaios em que o autor expõe e discute as implicações, para a historiografia contemporânea, de questões tão diversas quanto a indefinição de identidades nacionais na Europa; os 150 anos do *Manifesto Comunista*; o legado de Marx para os historiadores; a Revolução Russa; as relações entre história e economia; a noção de progresso no conhecimento histórico e outros assuntos que delinearão os caminhos da História. Fellow da British Academy e da American Academy of Arts and Sciences e autor da obra-prima *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*, Hobsbawm, traz para esta coletânea a costumeira clareza meridiana do estilo em sua reflexão sobre o papel do historiador.

Desafios da globalização, organizado por Landislaw Dowbor, Octavio Ianni e Paulo-Edgar A. Resende, da Editora Vozes, mostra o impacto do processo da globalização nos diversos setores – político, econômico, cultural, tecnológico, etc. Por tratar-se de um tema muito amplo, o livro deve ser visto como uma introdução ao assunto. Os autores do texto colocam-se diante de algumas das grandes questões que desafiam o homem contemporâneo: Como fica a política macroeconômica, quando a política continua nacional, enquanto a economia já é global sob vários aspectos? Como fica o aparelho jurídico, baseado na lei maior que é a constituição de uma nação, quando os fenômenos ultrapassam a dimensão nacional? Como fica a política local de educação, quando estamos na era da conectividade dos bancos de dados internacionais, da multimídia, dos espaços educacionais integrados? O caráter caleidoscópico deste volume tem a ver, portanto, com este quadro, não cabendo aos coordenadores ordená-lo, o que fica a critério do leitor.



Revista de la Cepal, número 64, abril de 1998. Traz artigos sobre a economia latino-americana, entre os quais: "Fluxos de capital externo na América Latina e no Caribe nos anos 90" (Gunther Held e Raquel Szlachman), "Política fiscal, ciclo e crescimento" (Ricardo Martner), "Efeitos para a América Latina da expansão da União Européia" (Peter Nunnenkamp), "O papel do Banco Central e a política macroeconômica do Chile nos anos 90" (Roberto Zahler) e "A dimensão Norte-Sul das empresas de preservação ambiental e a difusão de tecnologias limpas" (Jonathan R. Barton). Trata-se de um importante veículo de debate sobre as questões do continente. Pode ser encomendada ao Conselho Regional de Economia, no âmbito do Convênio Corecon-Cepal.

Revista de Política Externa, v. 6, n. 4, março-abril-maio de 1998. Revista produzida por iniciativa conjunta da editora Paz e Terra e do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e Política Comparada da USP. Importante fórum para o debate das grandes questões internacionais e de nossa política exterior. Neste número, cabe destacar os artigos que analisam a crise asiática: "O que aconteceu na Ásia" (Paul Krugman), "A dinâmica financeira" (José Carlos Miranda), "O colapso e a cura" (Lester Thurow) e "Uma visão para a América Latina" (Kotaru Horisaka). Além deles, a revista traz ainda uma análise sobre a globalização, feita pelo embaixador Marcos Galvão, e outra sobre o papel da Rússia no sistema internacional, do embaixador Sebastião do Rego Barros.



APRENDENDO MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Em face do crescente interesse que este tema vem despertando nos economistas, o JE apresenta quatro títulos que podem ser úteis tanto para iniciantes como para quem busca aprofundar-se.

A nova lei de arbitragem e as relações de trabalho

Autor: Georgenor de Sousa Franco Filho
100 páginas • Preço: 15,00

O livro aborda dois aspectos relevantes na composição de conflitos trabalhistas: a mediação e a arbitragem, dedicando especial atenção à última. O autor historia a evolução do mecanismo em nosso país e sua incidência na legislação trabalhista nacional, bem como do instituto da mediação. São feitos, também, comentários sobre cada um dos dispositivos, sendo apontados alguns meios para sua aplicação em arbitragem trabalhista.

Arbitragem – A nova lei brasileira (9.307/96) e a praxe internacional

Vários autores
Coordenador: Paulo Borba Casella
Prefácio: Fábio Nusdeo
389 Páginas • Preço: 45,00

Este livro abrange a arbitragem sob diferentes ângulos do Direito e da prática, situando-a em suas vertentes e desdobramentos, visando capacitar os profissionais para compreensão e utilização eficaz desse instituto. Compreende tanto profissionais dos vários ramos de Direito, bem como operadores econômicos e quadros de gestão.

A Arbitragem e os conflitos coletivos de trabalho no Brasil

Autor: Georgenor de Sousa Franco Filho
108 Páginas • Preço: 18,00

O autor, após constatar que existem, na doutrina nacional, questões controvertidas que nem sempre a intervenção tutelar do Estado é recomendada, pesquisou a doutrina estrangeira, chegando à conclusão de que a arbitragem é o veículo "paralelo, autônomo, facultativo" como meio alternativo para a solução de tais conflitos de interesses sobre o capital e o trabalho.

Mediação e Arbitragem – uma solução para os conflitos trabalhistas no Brasil

Autora: Lídia Miranda de Lima Amaral
94 Páginas • Preço: 14,00

A autora propõe soluções, a seu ver, menos desgastantes e dispendiosas para a composição dos frequentes conflitos entre o capital e o trabalho no Brasil. Segundo o prof. Amauri Mascaro Nascimento, esta monografia torna mais fácil o estudo do tema, "não só pelo seu conteúdo, que é rico de informações específicas, de direito estrangeiro e brasileiro, mas pelo estilo agradável e didático que se pautou".

DESCONTO DE 10% PARA PAGAMENTOS À VISTA.

Maiores Informações:
LTr Editora
tel. (011) 826-2788
fax (011) 826-9180

LANÇAMENTOS

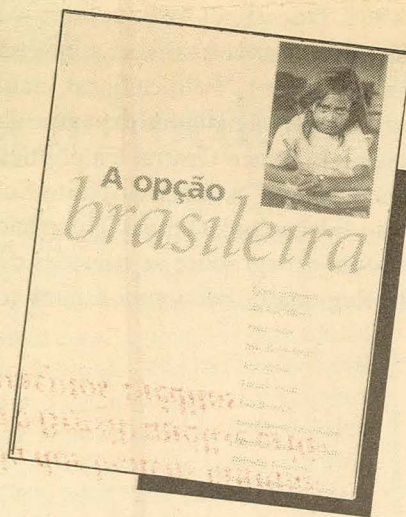
Para entender a realidade brasileira

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro estão organizado e apoiando os lançamentos de dois importantes trabalhos sobre o Brasil contemporâneo.

A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos

(Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 196 p.), organizado por Aurélio Vianna Jr. e com artigos de Adhemar Mineiro, Marcos Arruda e outros, traz documentos em que o Banco Mundial e o Bird detalham suas estratégias para a concessão de empréstimos ao Brasil. Os autores analisam documentos, até aqui inéditos, que estabelecem procedimentos que relacionam a concessão de empréstimos à realização de reformas econômicas e de "ajustes estruturais" na economia brasileira. O lançamento, com debate, será realizado em 3 de junho, às 18:30h, no Clube de Engenharia.

A opção brasileira (Contraponto, 208 p.) é um ensaio abrangente sobre o Brasil contemporâneo, assinado coletivamente por onze intelectuais e militantes de movimentos sociais, que formaram a coordenação nacional do encontro Consulta Popular, realizado em dezembro último em Itaici (SP). César Benjamin, João Pedro Stédile, Emir Sader, Reinaldo Gonçalves, Plínio de Arruda Sampaio e Tânia Bacelar de Araújo são alguns dos signatários de um texto ousado e afirmativo, destinado a provocar sérias reflexões sobre a situação do país.



TELEVISÃO

DEBATE BRASIL, CADA VEZ MELHOR

DEBATE BRASIL está no ar. Não perca os próximos programas, com debates e entrevistas fundamentais para entender o Brasil. Estarão presentes o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, a antropóloga Alba Zaluar, o historiador Francisco Carlos Teixeira, o economista Ricardo Varsano, o engenheiro Amílcar Pereira da Silva, o sociólogo Cândido Grzybowski, o historiador José Murilo de Carvalho e o ex-presidente da Funcex Pedro Motta Veiga, entre outros.

Já debateram os problemas conjunturais e atuais no DEBATE BRASIL, passando o país a limpo, várias personalidades, entre elas: o jornalista Carlos Heitor Cony, o ex-ministro Evandro Lins e Silva, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o reitor da Universidade Candido Mendes, professor Candido Mendes, a juíza Salette Macalós, a economista Sulamis Dain, o prof. João Paulo de Almeida Magalhães (pres. do IERJ), René Dreifuss (UFF), Theotônio dos Santos (UFF), Francisco de Oliveira (Ipea), Márcio Fortes (dep. fed./PSDB), Francisco Rodrigues (PTB/RR), Mauricio Lobo (Secretário Municipal de Meio Ambiente), Arolde de Oliveira (dep. fed./PFL), Carlos Lessa (economista e decano da UFRJ), Luiz Pinguelli Rosa (Coppe), Antenor Barros Leal (vice-presidente da Firjan), José Lopez Feijó (presidente da CUT-SP). Formadores de opinião, convidados, também participaram do programa, entre eles Maurício Dias (editor do Informe JB), Cláudia Antunes (editora internacional do *Jornal do Brasil*), Marco Aurélio (âncora da CBN), Francisco Barbosa (âncora da Rádio Globo) e Hélio Fernandes Filho (editor-geral da Tribuna da Imprensa).

A iniciativa dos patrocinadores – Corecon-RJ (Conselho Regional de Economia) e da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras) – estimulará, ainda, a formação de novos economistas e incentivará o debate: a partir de maio, vídeos dos programas estarão disponíveis na videoteca do Conselho, com a cobrança apenas, para cópia, do custo de uma fita.

DEBATE BRASIL vai ao ar todos os sábados, das 18 às 19h, na Vinde TV, canal 15 da NET. Não perca!

Jornal dos Economistas RJ

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 11.05.98

